

David de Carvalho

OS SINDICATOS OPERÁRIOS  
E A REPÚBLICA BURGUESA  
(1910-1926)



## AS ÚLTIMAS CONSEQUÊNCIAS

No meio das suas contradições e rivalidades, sabedoras das incompatibilidades que dividiam as forças adversas e as forçavam a uma verdadeira inacção, os reaccionários não perderam tempo. Em 22 de Junho de 1926, pelas três horas dum bela tarde de verão, estando nós na redacção d'*A Batalha*, em começo da faina profissional, acorremos a uma chamada telefónica e logo do outro lado o correspondente se identificou: tenente-coronel João Luís de Moura, investido pela ditadura militar no cargo de governador civil de Lisboa, o qual nos notificou, em tom autoritário muito a jeito dum guerreiro vitorioso, visto se encontrar ausente o director do jornal requerido, que *A Batalha* se encontrava desde esse dia sujeita a censura prévia, exercida por uma comissão militar no quartel do Carmo, sede da guarda republicana, pelo que deveria remeter provas de granel e depois provas de páginas, que teriam de ser visadas para ficar autorizado a circular, acabando por nos inquirir: «não se esquece?», ao que retorquimos com outra interrogação, se tal coisa seria possível esquecer por toda uma vida, cortando o senhor governador a ligação sem uma palavra de despedida ou cumprimento. À mesma hora, por todo o país, os governadores civis, afanosamente nomeados pela ditadura, faziam a mesma notificação a toda a imprensa, que assim começou o seu calvário de meio século, sem da censura se livrarem mesmo aqueles jornais que tanto haviam apoiado as conjuras liberticidas e muito aplaudiam este movimento dito nacional, tão-só por ódio partidário, julgando que se derrubava apenas um partido, mesmo aqueles que se influenciavam pelos grandes interesses capitalistas. Cessaram as belas atitudes d'*A Batalha*, sufocadas desde então por um mal que lhe dilacerava as páginas, dia a dia feridas por caricaturas retiradas ao acaso de seus arquivos, por isso sem conexão, dado que não eram consentidos os «claros» feitos pela censura na sua composição. E assim foi sendo de seguida asfíxiada toda a

imprensa operária e tiveram fim as polémicas na imprensa partidária.

O Partido Comunista surgiu no meio desta derrocada propondo a formação duma frente unida das classes trabalhadoras, das suas organizações, para um combate frontal à ditadura, mas a C.G.T. e seus militantes, refugiados no seu apoliticismo falaz, mesmo perante a inviabilidade de acções isoladas, recusaram toda a ideia de entendimento visto necessário com uma corrente doutrinária já dominando poderosos sindicatos, tais os arsenalistas e os marítimos, não contando neste passo com um número de militantes sindicais, nomeadamente nos sindicatos metalúrgicos e da construção civil, digno de ponderação. Alguma reconsideração viria tarde de mais, em pleno naufrágio, do mesmo modo tarde viriam as violentas reacções dos partidos republicanos, das forças democráticas, sem todavia abandonarem as suas divergências. A tentativa insurreccional de Fevereiro de 1927, decorrente do dia 3 desse mês, na cidade do Porto, ao dia 10 em Lisboa, foi desde o primeiro dia virtualmente apoiada pela *Batalha*, que procurou trocar as voltas à censura mediante a inserção de simples notícias, aliás carreadas por modestos repórteres de grandes jornais numa colaboração motivada apenas por simpatias políticas, a qual permitiu denunciar reveses iniciais das forças da ditadura na região do Porto só com a referência das posições ocupadas pelas forças revolucionárias, cuja verificação num mapa daria logo conhecimento muito aproximado da situação. Contudo, esta subtilidade não deixou de advertir o inimigo, que na noite do terceiro dia fez assaltar pela polícia de segurança a redacção do jornal, sendo presas todas as pessoas que se encontravam nela, redactores, tipógrafos e outros visitantes ocasionais, no todo trinta e três pessoas, logo encaminhadas sob escolta policial, a pé, para a esquadra do Caminho Novo, distante algumas centenas de metros, de que foram libertados na manhã de 7 desse mês de Fevereiro, por uma força da guarda republicana insurrecta também, poucas horas depois de revoltadas algumas unidades, sobretudo marinheiros, já quando a insurreição era perdida no Porto. E foi a partir deste dia

que as autoridades da ditadura intimaram a suspensão de todos os jornais, advertidas um pouco tarde pelos efeitos de notícias postas a correr e que deixavam entender dificuldades porventura existentes no governo imposto. A insurreição perdeu-se com perdas graves para todos, trazendo o aniquilamento das forças democráticas e operárias, pois os militares se retiravam se viam no campo da luta elementos civis, que muitos eram operários escapados das deportações sem julgamento, ordenadas por governos democráticos, os quais, por persistirem em combater, foram as únicas vítimas de fuzilamentos sumários, prática inaugurada pela ditadura; pois os partidos republicanos comprometidos de modo directo ou indirecto se escusaram a uma unidade de acção necessária na mira de cada qual ser único a angariar todo o proveito duma vitória jamais garantida; finalmente, pois as discordâncias e retaliações de chefes militares tornaram impossível a conjugação de esforços, a coordenação ou simultaneidade de acções, a unidade de comando, assim acontecendo que a insurreição, preparada do Porto a Faro, estalou nestas cidades, como em Santarém e em Lisboa, em dias que decorreram de 3 a 10 de Fevereiro, e noutras não estalou, conforme retaliações e ressentimentos pessoais de chefes militares e políticos. Sufocada a insurreição de Fevereiro por um inimigo que, se bem em situação indecisa, soube conciliar momentaneamente suas discórdias internas e coordenar sua acção sob comando único, soube esse inimigo aproveitar sua vitória facilitada para aniquilar cruelmente os combatentes vencidos numa deportação em remotas terras por tempo indeterminado, impor a dissolução dos partidos e outras organizações políticas, nem poupando aqueles que o tinham aclamado no primeiro dia e agora nada haviam feito em apoio da contra-ofensiva democrática. Na voragem da derrota sumiu-se igualmente toda a imprensa democrática e revolucionária; de todos os jornais suspensos, somente *A Batalha* teve a audácia de reaparecer, dois meses depois, precisamente no 1.º de Maio desse ano, como num desafio, tentando retomar o combate, mais dilacerada que nunca, mais que nunca coberta de feridas caricaturais. Vinte e seis dias depois, na

manhã de 27 de Maio, quando se fechava sem glória o primeiro ano da ditadura reaccionária, pudemos presenciar pessoalmente a morte trágica desse jornal, com um desespero íntimo e impotente seguimos a sua destruição a golpes de picareta pelo bando de malfeitores do construtor civil Martins Júnior, protegido por compactos cordões de polícia armada, pessoalmente comandada pelo tenente-coronel Ferreira do Amaral, bem conhecido da população por suas anomalias psíquicas, ainda mal restabelecido do atentado que sofrera por anarquistas e o deixou presa de temores e cobardias só cobertos pelas cortinas marciais do 28 de Maio, pois não mais deixou sua bengala de amparo, nem mais clamou na via pública.

Depois disto, a C.G.T. mergulhou numa verdadeira clandestinidade, todavia sem segura relação com a massa operária, impedidas todas as suas organizações de se reunirem e desenvolverem actividades, mesmo no âmbito meramente profissional. Mau grado apelos de unidade, nenhum entendimento quis com o Partido Comunista, quando já Carlos Rates era passado ao campo fascista e viria a ser redactor do *Diário da Manhã*, quando já Bento Gonçalves no seu partido competia com Mário Castelhana, secretário-geral da C. G.T., na luta contra a reacção capitalista. Ainda, em 1928, a C.G.T. terá estado representada num congresso da Internacional Sindical Vermelha, em Moscovo, por Alexandre Vieira, convidado, com outros militantes, aparentemente para representar a velha Associação de Classe dos Compositores e Impressores Tipográficos, o Sindicato dos Gráficos, por excelência, a qual deverá exprimir a sua aceitação como reflexo do estado de espírito dominante nas organizações operárias do Livro e do Jornal, realmente preocupadas em defender ainda a unidade e independência do movimento operário, integrada naquela facção renitente em formular adesão a qualquer das Internacionais e disposta a manter relações formais com todas elas. Alexandre Vieira desempenhou-se da sua missão sem haver podido conciliar a sua formação anarquista, talvez nem mesmo os seus conceitos sobre a independência do sindicalismo em matéria política, filosófica ou religiosa de suas organizações e militantes, com

as práticas da Internacional Sindical Vermelha e suas afinidades com a Internacional Comunista. As condições criadas ao tempo no nosso país pela ditadura militar, que então já permitia a consolidação da grande burguesia no poder, não o deixaram regressar ao país, ficando retido no exílio, em Paris, longos anos, assim não podendo apresentar seu relatório, só que a sua actuação não contribuiu para avançar no esclarecimento de todo este problema.

A imobilidade a que a reacção, vitoriosa por se guindar no poder, impôs a todas as organizações sindicais, foi uma vez alterada, nos últimos meses do ano de 1933, com as atitudes de repúdio e condenação da quase totalidade dos sindicatos de camponeses, de operários, de empregados, de funcionários, de jornalistas, confundidos na mesma acção proletários e pequenos-burgueses, rejeitando a sua integração numa organização corporativa que suprimia todas as conquistas de quase um século de lutas e tudo faria regressar a um sistema de relações de trabalho abolido pelo liberalismo. Dissolvidos os sindicatos rebeldes, que preferiram a morte à abdicação, devendo ser este caso raro na história das lutas sociais, ainda a classe operária tentou resistir à fascização das suas organizações de luta, com actos de verdadeira insurreição na Marinha Grande, de sabotagens de instalações ferroviárias no Barreiro, de levantamentos em fábricas e campos, tudo se malogrando porque desfeita estava a unidade dos trabalhadores, porque ainda nesta fase derradeira da resistência era a C.G.T., eram os militantes anarco-sindicalistas, que obstinadamente se recusavam a escutar apelos à unidade, se negavam a sair do seu sectarismo tanto em contradição com as realidades, se negavam a reconsiderar na sua convicção de que isolados poderiam combater vitoriosamente um inimigo que o era de todo o proletariado, ninguém se dando conta de que a grande burguesia, os grandes interesses capitalistas, bem aproveitavam o tempo e os dissídios dos contrários para melhor instalarem e consolidarem o seu poder político visivelmente indissociável do seu poder económico, do seu monopólio da riqueza. Por amarga ironia do destino, a repressão fascista veio a produzir no campo de morte do Tarrafal uma

unidade no sacrifício de que se tornaram figuras mais expressivas Mário Castelhana, dirigente da Confederação Geral do Trabalho, anarco-sindicalista, e Bento Gonçalves, dirigente do Partido Comunista Português, ambos militantes do movimento operário, ambos dedicados até ao seu último dia à causa do proletariado, ambos imolados pelo inimigo comum. Vencida a classe operária depois de tão longa batalha, a burguesia veio proclamar orgulhosamente que em nosso país cessara de vez a luta de classes e o seu clamor ecoou no espírito da pequena burguesia, também ela vencida nesta longa batalha, continuando cobiçosa dum lugar no banquete da vida reservado aos capitalistas, ainda que tivesse de aceitar uma vida de sujeição aviltante do mesmo modo que os trabalhadores, algumas vezes encarados por ela como classe inimiga. Não sendo possível desmentir a teoria científica de que toda a história da sociedade até nossos dias é a história das lutas de classes, viríamos a saber com a nossa própria experiência que é na linha da luta de classes que devemos estudar a história de todo este tempo que vivemos, que o proletariado jamais poderá ser vencido na luta pela sua emancipação, continuará a sua luta até à vitória, que será a supressão das classes, sejam quais forem as vicissitudes que haja de suportar em tão longo caminho.

Este livro acabou de se imprimir  
em Março de 1977, na Comp.  
Gráfica Espírito Santo, SCARL,  
para  
SEARA NOVA — LISBOA .

3 000 exemplares